



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

540

## RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro  
Contrato nº: 011/2024 – Pregão Presencial: 003/2024  
Contratado: **Licitus Tecnologia e Serviços Ltda**  
Objeto: Prestação de serviços de Jardinagem

### 1. Do Relatório

Foi encaminhada a este Departamento a solicitação referente ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 011/2024, Processo nº 540/2024.

A solicitação veio acompanhada com os seguintes documentos:

Ofício Jurídico contendo a fundamentação detalhada do pedido;  
Planilha de composição de custos e preços unitários;  
CCT vigente.

O Contrato nº 011/2024 foi assinado em 21/06/2024 e a proposta da Contratada foi apresentada em 11/06/2024.

### 2. Do Mérito

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de jardinagem, no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro – Jataí-GO.

O objetivo principal é o acréscimo ao valor contratual, conforme demonstrado em documentação anexa ao pedido realizado pela contratada.

### 3. Da legislação e entendimento doutrinário

A Lei Federal nº 14133/2021, a teor de seu artigo 124, prevê a possibilidade da Administração Pública realizar alterações em seus contratos, desde que justificado.

Com efeito, preceitua o referido dispositivo:

*Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - unilateralmente pela Administração:*

*a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;*



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

*b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

*II - por acordo entre as partes:*

*a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;*

*b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;*

*c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;*

*d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.*

No entanto, é importante salientar que tanto o reajuste quanto a repactuação devem estar previstos no edital e no contrato, tendo periodicidade mínima de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir.

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

§ 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

Este também é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; que o reajuste quanto a repactuação ocorrem apenas se estiverem previstas no edital subjacente ao contrato, e somente após um ano a contar da data da proposta ou do orçamento a que se referirem.

Não há dúvida de que a jurisprudência do STJ caminhou no sentido de vedar a repactuação de preços de contrato administrativo em virtude de ocorrência de situação previsível, como é o caso do reajuste salarial determinado por convenção coletiva de trabalho).

## 4. Da Conclusão

Ante o exposto, com base nos fundamentos de fato e de direito retro declinados, CONSIDERANDO que o edital e contrato subjacente não possuem um ano de vigência, considero a impossibilidade do reequilíbrio econômico-financeiro através de reajuste em sentido estrito ao Contrato 011/2024.

Jataí, 11 de fevereiro de 2025.



Marcos Patrick de Castro Gomes  
Presidente